



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 096/2026
(Processo Administrativo n.º 8808/2026)

Objeto: Aquisição de aço para construção civil na utilização das obras de instalação do novo sanitário do Parque da Cidade. EMENDA Nº 103 - GILSON CANDIDO NAGRIN PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

Torna-se público que o Município de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Licitações e Contratos - realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço item**, com base no art. 75, **II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 6.545 de 28 de dezembro de 2023 e pela Lei Complementar Nº 123/2006 atualizada pela Lei Nº 147/2014.

A Dispensa de Licitação Eletrônica (recebimento das propostas, abertura e disputa de preços) será realizada em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema Eletrônico disponível em www.licitardigital.com.br, conforme datas e horários definidos abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 19/05/2026 às 00h00min até 26/05/2026 às 07h59

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 26/05/2026 - das 08h00 até às 14h00.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de Aquisição de aço para construção civil na utilização das obras de instalação do novo sanitário do Parque da Cidade. EMENDA Nº 103 - GILSON CANDIDO NAGRIN PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2026** por dispensa de licitação eletrônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação ocorrerá em itens/lotes, conforme solicitação de compras em anexo.*

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Dotação Orçamentária: 01.08.10.18.541.2007.2037.08.3.3.90.30.24.110.000 - Pré-empenho: 3404/2026.

1.5. O **Aviso de Contratação Direta e seus Anexos** poderão ser obtidos no *site* oficial da Prefeitura - <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br>, link licitações, bem como no endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br, para ciência de todos os interessados.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS £

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso – Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

2.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.1.1 Considerando o inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, esta dispensa é destinada exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte.

2.2. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

2.2.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos necessários junto à Plataforma Licitar Digital, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal Nº 14.133/21, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e *sociedades cooperativas*.

§1º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "a" e "b" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§3º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

§4º Será realizada pesquisa junto ao CEIS (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<http://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relação-apeados>) para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa de licitação eletrônica se dará com o cadastramento da proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. Poderá ser solicitado aos licitantes, prospecto, catálogo, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto a ser cotado.

3.2.2. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, se for o caso;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;

e) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da licitação e demais exigências contidas na Lei 14.133/2021;

f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;

h) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação ou sua Equipe de Apoio, no prazo que estipular;

i) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

j) Que a proposta foi elaborada de forma independente e que compreende todas e quaisquer despesas operacionais, tais como frete, encargos sociais e previdenciários, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado e outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto licitado, como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data da entrega desta proposta;



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

k) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

m) Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Aviso de Contratação Direta.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ **0,10 (dez centavos)**.

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação então havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

5.1.1 Com objetivo de assegurar o atendimento aos princípios da economicidade e transparência, o valor estimado a ser utilizado na dispensa eletrônica será o menor valor apresentado para cada item ou lote, conforme as propostas obtidas pelas Secretarias durante a pesquisa de preços.

5.2. O agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

5.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.2.2. O prazo para resposta ao pedido de negociação será de 5 (cinco) minutos contados a partir da convocação realizada no sistema.

5.2.3. O fornecedor que não responder ao pedido de negociação dentro do prazo estimado no subitem 5.2.2 perderá a oportunidade de negociação.

5.2.4. As propostas recebidas após a data limite previstas no Aviso de Contratação Direta serão desconsideradas.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no processo administrativo do procedimento da dispensa.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação e documentos complementares, quando necessários.

5.13. O agente de contratação convocará, via sistema eletrônico, a(s) empresa(s) classificada(s) para que, no prazo de 01 (uma) hora, faça o envio da proposta, documentos de habilitação e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

5.13.1. Caso haja a desclassificação de alguma proposta, o agente de contratação convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação e, estando a subsequente acima do valor estimado, seguirá o constante nos itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2 deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.13.2. Caso a licitante não envie a documentação constante no item 5.13 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial.

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

6.2.1. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.2. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

6.2.3. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

6.2.4. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

6.2.5. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, o agente de contratação convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma estabelecida neste edital.

6.2.6. Caso ocorra a situação de empate descrita no item 6.2.4, o agente de contratação convocará o representante da empresa de pequeno porte ou da microempresa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

6.2.7. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 6.2.4 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

6.2.8. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

6.2.9. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, seja desclassificada pelo agente de contratação, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

6.2.10. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, observado o previsto no item 6.2.5.

6.2.11. No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte, o agente de contratação o fará através do "chat de mensagens".

6.2.12. A partir da convocação de que trata o item 6.2.11, a microempresa, empresa de pequeno porte, terá **5 (cinco) minutos** para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.

6.2.13. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece este edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços.

6.2.14. O julgamento da habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

6.2.15. Em caso de empate, será considerado o constante na Lei 123/2006 e artigo 60 da Lei 14.133/2021, e persistindo o mesmo, será realizado sorteio entre as empresas que oferecerem mesmo valor.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/>;

d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do agente de contratação solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

7.4.1. Caso os documentos não sejam encaminhados na forma do item 7.4, ou seja, encaminhados em cópia simples, os mesmos deverão ser apresentados ou encaminhados em original, cópia autenticada por cartório, publicados em órgão da imprensa oficial, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, para o Depto de Licitações e Contratos, localizado na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso – Cep 12420-010 – Pindamonhangaba/SP, das 08h às 12h e das 13h às 17hs, ou via protocolo ou e-mail indicado pelo Agente de Contratação, em até 03 (três) dias úteis, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar dos fornecedores, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

7.6. A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

7.7. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

7.8. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).

7.9. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentadas na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

7.10. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação;

c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei Nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

7.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.13. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DOS RECURSOS

8.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o agente de contratação informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor manifestação de intenção de recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.licitardigital.com.br no prazo de 10 (dez) minutos, **sob pena de preclusão**.

8.2. O recorrente terá, após manifestada sua intenção, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, que será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3. A falta de manifestação de intenção de recurso importará a decadência do direito de recurso e o agente de contratação adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

8.4. Na hipótese de interposição de recurso, o agente de contratação encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

8.5. O recurso contra decisão do agente de contratação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

8.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade, a habilitação do licitante vencedor e exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório, será encaminhado pelo Agente de Contratação à AUTORIDADE SUPERIOR para adjudicação e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

10. CONTRATAÇÃO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Autorização de Fornecimento ou Serviços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 10.3. A empresa deverá assinar o Termo de Contrato, quando for o caso, por via digital, na plataforma de protocolos e documentos deste Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, que será efetivada via e-mail, informado pela participante.
- 10.4. O aceite do instrumento equivalente (autorização de fornecimento ou serviços) poderá se dar de forma eletrônica (via Sistema de Protocolo do Município, mediante notificação encaminhada por e-mail).
- 10.5. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O Aceite do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - a) O referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;
 - b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - c) A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.7. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias**, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 10.8. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento do(a) Sigla do Órgão. A contratante somente pagará a contratada pelos produtos que realmente forem pedidos e entregues.
- 11.2. O recebimento Definitivo será em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento pelo Serviço de Materiais – Almoxarifado Central, para comprovação do atendimento das especificações mínimas exigidas. O ATESTE da Nota Fiscal/Fatura pelo Responsável será realizado após o Recebimento Definitivo, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

- 11.3. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e Certidão negativa de débitos trabalhistas. Para as empresas com sede no Município de Pindamonhangaba, também será exigida a certidão negativa de débitos municipais (débitos mobiliários).
- 11.4. O pagamento será efetuado através de Pagamento Instantâneo - PIX, no formato CNPJ, para a Pessoa Jurídica, cujos dados deverão ser informados na Proposta Comercial;
- 11.5. O Pagamento Instantâneo – PIX, consistirá em comprovante de quitação pela PREFEITURA, de sua obrigação assumida com a empresa vencedora da licitação.
- 11.6. A Administração Municipal poderá proceder à retenção de impostos federais e municipais conforme legislação vigente.
- 11.7. Na existência de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

12. SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
 - 12.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento do certame
 - 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência no caso do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do subitem 12.1;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Penalização.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento de penalização, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos, para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O procedimento será divulgado no Portal de Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

13.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado) ou a dispensa eletrônica ser declarada deserta, a Administração poderá:

13.2.1. Valer-se, para a contratação, das propostas iniciais encaminhadas pelas unidades solicitantes ou das propostas solicitadas pelo Departamento de Licitações e Contratos por e-mail e recebidas até a data limite previsto no Aviso de Contratação Direta, privilegiando-se, nos dois casos, os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas ou republicar o presente aviso com uma nova data.

13.2.2. No caso do subitem 13.2.1 a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

13.2.3. O agente de contratação poderá fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

13.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

13.11. As comunicações referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação nos meios oficiais de publicações do Município de Pindamonhangaba.

13.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo agente de contratação.

13.13. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA, responsável pela contratação, o direito de:

a) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, ou anular o procedimento quando constatada ilegalidade no seu processamento;

b) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de proposta, na forma da legislação vigente. Não haverá obrigatoriedade de reabertura dos prazos quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

c) Adiar o recebimento das propostas, divulgando mediante aviso público, a nova data.

13.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

13.15. Não há cobrança de qualquer valor, por parte da plataforma Licitar Digital, para a participação em qualquer Dispensa Eletrônica realizada por este Município.

13.16. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.16.1. **ANEXO I – Documentos Necessários Para Habilitação;**
- 13.16.2. **ANEXO II - Termo de Referência;**
- 13.16.3. **ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;**
- 13.16.4. **ANEXO IV – Solicitação de Compras;**
- 13.16.5. **ANEXO V – Proposta Comercial.**

Pindamonhangaba, 15 de maio de 2026.

Alcineu Mont Serrato de Souza junior
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Ficha Cadastral emitida pela Junta Comercial;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b)** Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c)** Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d)** Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e)** Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a débitos mobiliários no município sede da empresa.

PROPOSTA COMERCIAL REALINHADA

- a)** Proposta Comercial (Modelo sugestivo: Anexo V);



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO V – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo II) deste aviso.
- 4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.
- 5 Que o prazo de início da entrega/serviços será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste Aviso de Contratação Direta a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descrição do termo de referência do referido Aviso de Contratação Direta ou de má qualidade.

LOCAL E DATA

EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS £

Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso – Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12420-010



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Solicitação de compras nº 1281/2026.

1. DO OBJETO

Aquisição de aço para construção civil na utilização das obras e manutenções prediais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, incluindo a instalação do novo sanitário.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	BARRA DE FERRO 5/16" (8mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A	Barra	6
02	BARRA DE FERRO 3/8" (10mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A	Barra	14
03	BARRA DE FERRO (5mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-60 B	Barra	5
04	MALHA PAINEL POP PESADA Q138, COM ABERTURA DE 10X10 CM, NAS DIMENSÕES 2X3 M, FERRO 3/16" CA-60, SOLDADA.	Peça	4
05	ARAME RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,24 MM OU 1,25 MM	KG	12
06	PREGO COM CABEÇA DUPLA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 18 X 30	KG	3
07	PREGO COM CABECA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 22X48	KG	2
08	PREGO COM CABECA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 17 X 27	KG	3

Considerando que os padrões de desempenho e qualidade dos itens objeto deste Termo de referência podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, classificamos os referidos itens como 'bens comuns'.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem entre suas atividades a manutenção e reforma dos prédios que fazem parte desta secretaria. O objeto desta contratação, a aquisição de materiais para serviços de reforma e manutenção desses prédios, tais como instalação do novo sanitário do Parque da Cidade visam a conservação dos dispositivos e ampliação da vida útil dos mesmos, com otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis na estrutura funcional do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Desta forma, tendo em vista que as obras para instalação dos sanitários no Parque da Cidade serão realizados por administração direta, ou seja, utilizando recursos materiais próprios e humanos do quadro de funcionários da Administração Pública, torna a disponibilidade dos itens descritos, quais sejam: aquisição de aço, imprescindíveis para o emprego e visam a otimização da utilização da mão de obra existente, atendendo assim o interesse público.

As especificações dos itens foram definidas em função das características dos serviços em que os materiais serão empregados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A entrega deverá ser realizada de forma única e com prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

A quantidade de material a ser entregue será de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), que será emitida conforme necessidade da secretaria solicitante.

A entrega de material será realizada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente localizada à Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030.

Os materiais recebidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Empresa Vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os materiais serão recebidos após a verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação. Os bens devem ser entregues em perfeito estado, em conformidade com as recomendações contidas nas normas da ABNT, no que couber.

A Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba se reserva o direito de submeter o material adquirido a testes complementares para a dupla checagem do devido atendimento às especificações, caso julgar necessário.

O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa Vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

Para que os serviços sejam contratados e corretamente prestados, existem requisitos mínimos para sua satisfação, conforme segue abaixo:

- atendimento às normas e leis pertinentes;
- empresa licitante deve atender a todas as exigências constantes no Edital e seus Anexos e no contrato.

Em função da sua utilização em elementos de concreto armado, o material deve buscar atender os requisitos e categorizações dispostas na revisão mais recente da NBR 6118, onde são classificados pelo valor característico da resistência de escoamento em CA-25, CA-50 e CA-60.

Esses dois últimos apenas são de interesse dessa municipalidade. A tabela abaixo apresenta características físicas e mecânicas requerida do aço a ser adquirido:



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

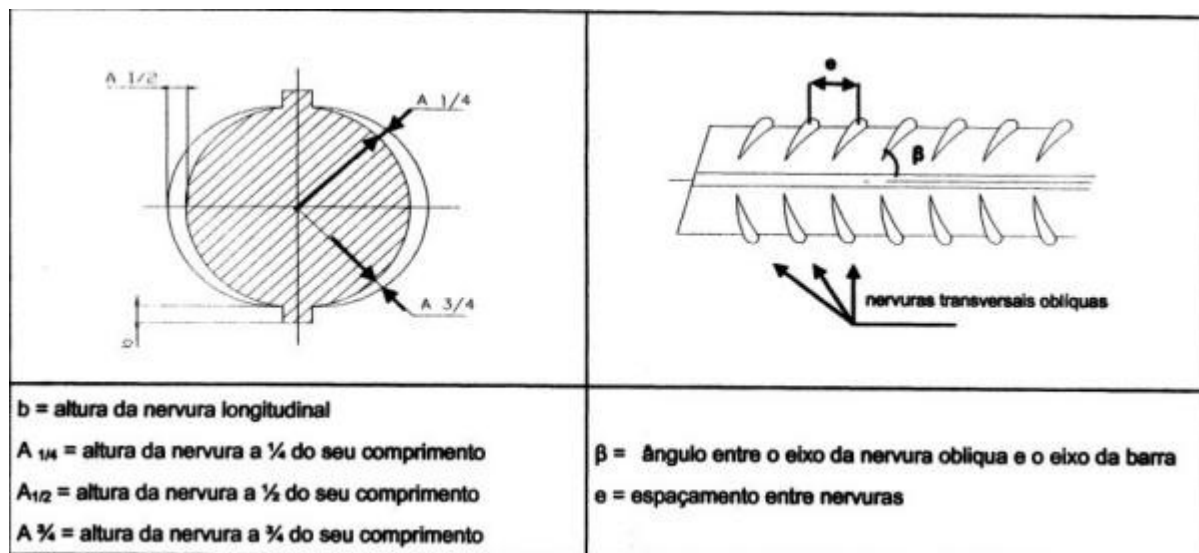
MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Massa Específica	7.850 kg/m ³
Coef. De Dilatação Térmica	10 ⁻⁵ /°C para intervalos entre -20° e 150°
Módulo de Elasticidade	210 GPa
Tipo de Superfície	Nervurada (Alta Aderência) - conforme ensaios da NBR 7477
Soldabilidade	Atender os limites da NBR 8965
Resistência à fadiga	Conforme 23.5.5 da NBR 6118

Além disso, é destacado a importância de atender os requisitos da última revisão da NBR 7480, inclusive os ensaios. Os ensaios normativos que devem ser atendidos são:

1. Ensaio de Tração;
2. Ensaio de Dobramento;
3. Ensaio de Determinação do coeficiente de conformação superficial;
4. Ensaio de Fadiga;

Deve ser verificado e atendido os itens 7.1 e 7.2 referente aos critérios, respectivamente, de aprovação e rejeição dos lotes, sendo Lote definido em 3.1 da mesma norma. A figura abaixo apresenta a configuração geométrica da barra de aço a ser adquirida.



A seguir, são apresentadas as tabelas características das barras e com propriedades mecânicas exigíveis de barra de aço destinada a armadura de concreto armado.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Diâmetro nominal ^a mm	Massa e tolerância por unidade de comprimento		Valores nominais		
	Barras	Massa nominal ^b kg/m	Máxima variação permitida para massa nominal	Área da seção mm ²	Perímetro mm
6,3		0,245	± 7%	31,2	19,8
8,0		0,395	± 7%	50,3	25,1
10,0		0,617	± 6%	78,5	31,4
12,5		0,963	± 6%	122,7	39,3
16,0		1,578	± 5%	201,1	50,3
20,0		2,466	± 5%	314,2	62,8
22,0		2,984	± 4%	380,1	69,1
25,0		3,853	± 4%	490,9	78,5
32,0		6,313	± 4%	804,2	100,5
40,0		9,865	± 4%	1256,6	125,7

Categoria	Valores mínimos de tração				Ensaio de dobramento a 180°		Aderência	
	Resistência característica de escoamento ^a f_{yk} MPa ^e	Limite de resistência ^b f_{st} MPa ^f	Alongamento após ruptura em 10 Φ ^c A %	Alongamento total na força máxima ^d A_{gt} %	Diâmetro do pino mm		Coeficiente de conformação superficial mínimo η	
					$\phi < 20$	$\phi \geq 20$	$\Phi > 10$ mm	$\Phi \geq 10$ mm
CA-25	250	1,20 f_y	18	-	2 ϕ	4 ϕ	1,0	1,0
CA-50	500	1,08 f_y	8	5	3 ϕ	6 ϕ	1,0	1,5
CA-60	600	1,05 f_y ^c	5	-	5 ϕ	-	1,0	1,5

^a Valor característico do limite superior de escoamento f_{yk} da ABNT NBR 6118 obtido a partir do LE ou δ_e da ABNT NBR ISO 6892.

^b O mesmo que resistência convencional à ruptura ou resistência convencional à tração (LR ou δ_t da ABNT NBR ISO 6892).

^c Φ é o diâmetro nominal, conforme 3.4.

^d O alongamento deve ser atendido através do critério de alongamento após ruptura (A) ou alongamento total na força máxima (A_{gt}).

^e Para efeitos práticos de aplicação desta Norma, pode-se admitir 1 MPa = 0,1 kgf/mm².

^f f_{st} mínimo de 660 MPa.

Em relação aos itens de Arames, os mesmos devem seguir os preceitos, serem fabricados e possuírem características preconizadas na versão mais recente da NBR 5589.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Observações:

Garantia total do material conforme prazo regido por norma específica;

1. Seguir todas Normas técnicas, Estudos e Normas ambientais quanto à extração e transporte;
2. Frete por conta da contratada;
3. Fabricação e fornecimento em conformidade com as normas ABNT específicas.
4. A Contratada deverá atender aos requisitos mínimos abaixo:
 - Atendimento às leis / normas pertinentes;
 - Empresa licitante deve atender a todas as exigências constantes no Termo de Referência e seus anexos;
5. Art. 19, § 3º, Não exigido BIM ou outras metodologias ou processos integrados similares ou mais avançados, em razão de não haver esta disponibilidade nos segmentos técnicos da Administração Municipal e de não se aplicar a esse caso.
6. A empresa fornecedora dos materiais será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos itens.
7. O caso do material ser rejeitado pela fiscalização a empresa deverá substituir os materiais defeituosos, e a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.
8. A entrega do objeto deverá ser de acordo com a AF - Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.
9. A empresa vencedora deverá entregar os materiais de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados, de acordo com suas necessidades.
10. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11. A empresa vencedora deverá arcar com todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer nota fiscal correspondente aos produtos comercializados, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos.
12. Comprovado que o material não condiz com às especificações constantes da proposta ou apresente algum defeito, o mesmo será devolvido a Empresa Vencedora, obrigando-se este a substituí-lo imediatamente após a notificação, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital.
13. Não há exigência de apresentação de amostra.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A entrega deverá ser realizada de forma única e conforme as obrigações constantes no Edital, seus anexos e proposta, com prazo de entrega de no máximo 15 (dez) dias após o recebimento da AF (Autorização de Fornecimento);
- 5.2. O local da entrega o material será na; Secretaria Municipal de Meio Ambiente localizada à Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030.
- 5.3. Os itens recebidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Empresa Vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.4. Os materiais serão recebidos após a verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação. Os bens devem ser entregues em perfeito estado, em conformidade com as recomendações contidas nas normas da ABNT, ANP, e normas vigentes no que couber;
- 5.5. A Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba se reserva o direito de submeter o material adquirido a testes complementares para a dupla checagem do devido atendimento às especificações, caso julgar necessário;
- 5.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa Vencedora pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento do objeto.
- 5.7. A quantidade de material a ser entregue deverá estar de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), que será emitida pela da secretaria solicitante.
- 5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato José Sérgio Almeida de Souza - Secretaria de Serviços Públicos, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art 117, caput).

6.1. Deveres da Empresa Vencedora e da Prefeitura

6.1.1 São deveres da Empresa Vencedora:

- I. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus Anexos e na Proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, e na AF, acompanhado da respectiva nota fiscal e demais documentações exigidas;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- IV. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou em desacordo com o especificado;

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

V. Se o material não corresponder às especificações técnicas exigidas, a Empresa Vencedora terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, para readequação do material aos padrões técnicos e de qualidade em acordo com as especificações contempladas no Processo;

VI. Comunicar à PREFEITURA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VII. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VIII. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

6.1.2 São deveres da PREFEITURA:

- I. Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- II. Verificar a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes no Edital e seus Anexos, e na Proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- III. Comunicar à Empresa Vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa Vencedora;
- V. Efetuar o pagamento à Empresa Vencedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos, e na AF;
- VI. A PREFEITURA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Empresa Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado em até 30 (Trinta) dias, após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração
- 7.2. O pagamento será realizado através de chave Pix - CNPJ OU CPF, conforme Decreto Municipal nº 6.809 de 03/02/2025 indicados pelo contratado.
- 7.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura, bem como da comprovação da regularidade fiscal, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a Contratada regularize o erro.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

8. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O processo de escolha do fornecedor será conduzido por meio de um procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, no qual o critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, além do atendimento a demais requisitos estabelecidos pela Administração, incluindo a regularidade fiscal.

Os licitantes deverão apresentar as suas propostas com valor do produto de acordo com as especificações e quantitativos descritos no presente documento.

9. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

O custo estimado da contratação é de R\$ 1.767,48 (Mil setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária a seguir indicada:

- Ficha 252 (18.541.2007.2037 – Manutenção e modernização do Patrimônio Natural Municipal / 3.3.90.30.00 – Material de Consumo / 08 – Emendas Parlamentares Individuais).

Pindamonhangaba. 08 de maio de 2026.

Vanderson Firmino da Silva

Diretor de Meio Ambiente

Rafael Lamana

Secretário Municipal de Meio Ambiente



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Referência: Solicitação de compras nº 1281/2026.

1. DO OBJETO

Aquisição de aço para construção civil na utilização das obras e manutenções prediais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, incluindo a instalação do novo sanitário.

2. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem entre suas atividades a manutenção e reforma dos prédios que fazem parte desta secretaria. O objeto desta contratação, a aquisição de materiais para serviços de reforma e manutenção desses prédios, tais como instalação do novo sanitário do Parque da Cidade visam a conservação dos dispositivos e ampliação da vida útil dos mesmos, com otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis na estrutura funcional do Município.

Desta forma, tendo em vista que as obras para instalação dos sanitários no Parque da Cidade serão realizados por administração direta, ou seja, utilizando recursos materiais próprios e humanos do quadro de funcionários da Administração Pública, torna a disponibilidade dos itens descritos, quais sejam: aquisição de aço, imprescindíveis para o emprego e visam a otimização da utilização da mão de obra existente, atendendo assim o interesse público.

As especificações dos itens foram definidas em função das características dos serviços em que os materiais serão empregados.

4. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

A referida contratação faz parte do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, sob o Documento de Formalização de Demanda (DFD) Nº 1794/2026.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que os serviços sejam contratados e corretamente prestados, existem requisitos mínimos para sua satisfação, conforme segue abaixo:

- atendimento às normas e leis pertinentes;
- empresa licitante deve atender a todas as exigências constantes no Edital e seus Anexos e no contrato.

Em função da sua utilização em elementos de concreto armado, o material deve buscar atender os requisitos e categorizações dispostas na revisão mais recente da NBR 6118, onde são classificados pelo valor característico da resistência de escoamento em CA-25, CA-50 e CA-60.

Esses dois últimos apenas são de interesse dessa municipalidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Em relação aos itens de Arames, os mesmos devem seguir os preceitos, serem fabricados e possuírem características preconizadas na versão mais recente da NBR 5589.

Observações:

Garantia total do material conforme prazo regido por norma específica;

1. Seguir todas Normas técnicas, Estudos e Normas ambientais quanto à extração e transporte;
2. Frete por conta da contratada;
3. Fabricação e fornecimento em conformidade com as normas ABNT específicas.
4. A Contratada deverá atender aos requisitos mínimos abaixo:
 - Atendimento às leis / normas pertinentes;
 - Empresa licitante deve atender a todas as exigências constantes no Termo de Referência e seus anexos;
5. Art. 19, § 3º, Não exigido BIM ou outras metodologias ou processos integrados similares ou mais avançados, em razão de não haver esta disponibilidade nos segmentos técnicos da Administração Municipal e de não se aplicar a esse caso.
6. A empresa fornecedora dos materiais será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos itens.
7. O caso do material ser rejeitado pela fiscalização a empresa deverá substituir os materiais defeituosos, e a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.
8. A entrega do objeto deverá ser de acordo com a AF - Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.
9. A empresa vencedora deverá entregar os materiais de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados, de acordo com suas necessidades.
10. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11. A empresa vencedora deverá arcar com todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer nota fiscal correspondente aos produtos comercializados, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos.
12. Comprovado que o material não condiz com às especificações constantes da proposta ou apresente algum defeito, o mesmo será devolvido a Empresa Vencedora, obrigando-se este a substituí-lo imediatamente após a notificação, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital.
13. Não há exigência de apresentação de amostra.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Av. Geraldo José Rodrigues Alckimin, 480 – Santa Luzia– Pindamonhangaba/SP – Cep.: 12411-015 Telefone: (12) 3550-0030



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa da quantidade foi realizada considerando o projeto da obra de construção no novo sanitário do Parque da Cidade, realizado pelo técnico responsável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	BARRA DE FERRO 5/16" (8mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A	Barra	6
02	BARRA DE FERRO 3/8" (10mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A	Barra	14
03	BARRA DE FERRO (5mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-60 B	Barra	5
04	MALHA PAINEL POP PESADA Q138, COM ABERTURA DE 10X10 CM, NAS DIMENSÕES 2X3 M, FERRO 3/16" CA-60, SOLDADA.	Peça	4
05	ARAME RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,24 MM OU 1,25 MM	KG	12
06	PREGO COM CABEÇA DUPLA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 18 X 30	KG	3
07	PREGO COM CABEÇA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 22X48	KG	2
08	PREGO COM CABEÇA; EM AÇO GALVANIZADO; MEDINDO 17 X 27	KG	3

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a necessidade apontada, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

As opções disponíveis no mercado, incluem a dispensa de licitação do item ou a participação em processos de registro de preços para futuras contratações. A opção pela modalidade de dispensa de licitação, foi respaldada levando em conta a singularidade da demanda, a necessidade pontual dos materiais para reformas/obra específicas no Parque da Cidade e a conformidade com a legislação vigente.

A dispensa de licitação do item é uma opção viável, proporcionando maior agilidade na aquisição atendendo às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando o relatório de pesquisa de preços em anexo, o valor total estimado para a aquisição do objeto é de R\$ 1.767,48 (Mil setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

A pesquisa de preços foi elaborada através de fornecedores que possuem extensa experiência em fornecer estes itens, seguindo as legislações vigentes.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Espera-se com a aquisição do objeto deste Estudo a instalação dos novos sanitários do Parque da Cidade, proporcionando aos munícipes, mais opções para uso, já que no Parque atualmente só existe um banheiro, sendo insuficiente para o número de visitantes, especialmente aos finais de semana e feriados.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se o parcelamento da presente contratação o fato de ser composta por itens divisíveis entre si, propiciando ampla competição e visando a economicidade.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados almejados com a contratação são:

- a. Otimização na logística do fornecimento dos materiais;
- b. Agilidade no fornecimento.

Os resultados pretendidos são: entrega do objeto, dentro das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e no contrato.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não haverá necessidade de adequações tendo em vista que a Prefeitura de Pindamonhangaba já possui em sua estrutura organizacional, setor com servidores capacitados para o recebimento dos materiais e a execução das obras/reformas citadas.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a execução do objeto, não serão necessárias outras contratações.



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Dadas as informações apresentadas nos itens anteriores, considera-se a proposta de aquisição adequada às necessidades identificadas a fim de conferir conservação, revitalização e ampliação das estruturas prédiais do Parque da Cidade, garantindo a segurança e bem estar dos frequentadores do local. Salienta-se ainda que existem recursos disponíveis para a realização do serviço, tais como: viabilidade técnica expressa pela presença de empresas conceituadas no mercado para realizar a prestação de serviço, dotação orçamentária e ficha específica a ser utilizada.

Vanderson Firmino da Silva

Diretor de Meio Ambiente

Rafael Lamana

Secretário Municipal de Meio Ambiente

**MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA****SOLICITAÇÃO DE COMPRA****SC 01281/2026 (PC)**

Solicitado em:	06/05/2026	Solicitante:	Regiane Pereira Nogueira - RPNOGUEIRA
Aprovado em:	08/05/2026	Aprovador:	Regiane Pereira Nogueira - RPNOGUEIRA
Unidade solicitante:	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - (21)		
Centro de Consumo:	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA - (107)		
Tipo de Entrega:	Única	Prazo de Entrega:	15 Dias
Fornecedor:			

Justificativa

Aquisição de aço para construção civil na utilização das obras de instalação do novo sanitário do Parque da Cidade.

EMENDA Nº 103 - GILSON CANDIDO NAGRIN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 838/2026

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0001	1.013.001.00005117 BARRA DE FERRO 5/16" <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> BARRA DE FERRO 5/16" COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12M, CA-50A <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> BARRA DE FERRO 5/16" (8mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	6,0000	BR		
0002	1.013.001.00013678 BARRA DE FERRO DE 3/8" <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 METROS, CA-50A <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> BARRA DE FERRO 3/8" (10mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-50 A <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	14,0000	BR		
0003	1.013.003.00027504 BARRA DE FERRO 3/16 <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> BARRA DE FERRO 3/16" COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-60 <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> BARRA DE FERRO (5mm) COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 M, CA-60 B <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	5,0000	BR		
0004	1.007.002.00003078 MALHA PAINEL POP PESADA Q138, COM ABERTURA DE 10X10 CM, NAS DIMENSÕES 2X3 M, FERRO 3/16" CA-60, SOLDADA. <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> MALHA PAINEL POP PESADA Q138, COM ABERTURA DE 10X10 CM, NAS DIMENSÕES 2X3 M, FERRO 3/16" CA-60, SOLDADA. <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	4,0000	PC		
0005	1.007.002.00003007 ARAME RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,24 MM OU DE 1,25 MM <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> ARAME RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,24 MM OU DE 1,25 MM <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	12,0000	KG		
0006	1.007.001.00002767 PREGO COM CABECA; EM ACO; MEDINDO 22X48 <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> PREGO COM CABECA; EM ACO; MEDINDO 22X48 <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	2,0000	KG		
0007	1.013.003.00027602 Prego com cabeça dupla 18 x 30	3,0000	KG		

**MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA****SOLICITAÇÃO DE COMPRA****SC 01281/2026 (PC)**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO <i>MATERIAL</i>	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
	<i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> Prego com cabeça dupla; em aço galvanizado, medindo 18 x 30 <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA				
0008	1.013.003.00027603 Prego com cabeça 17 x 27 <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> Prego com cabeça em aço galvanizado; medindo 17 x 27 <i>LOCAL DE ENTREGA:</i> DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - AV. GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN, 480 - SANTA LUZIA	3,0000	KG		
TOTAL:					

SOLICITANTE

DIRETOR

SECRETARIO